

# Relatório de Atividades

1º Trimestre

CONTAS



**TCE SP**  
Tribunal de Contas  
do Estado de São Paulo



**Presidente**

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

**Vice-Presidente**

Conselheiro Renato Martins Costa

**Corregedor**

Conselheiro Antonio Roque Citadini

**Conselheiros**

Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues

Conselheiro Robson Marinho

**Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

**07/11/2016 a 04/02/2017**

o **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

**A partir de 06/02/2017**

o **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

Conselheira Cristiana de Castro Moraes

Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho

**Auditores Substitutos de Conselheiro**

Samy Wurman

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Márcio Martins de Camargo

**Ministério Público de Contas (MPC)**

Rafael Neubern Demarchi Costa - Procurador Geral

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin

Rafael Antonio Baldo

Renata Constante Cestari

Thiago Pinheiro Lima

**Secretário Diretor-Geral**

Sérgio Ciquera Rossi

**Diretor Técnico de Departamento - DGA**

Carlos Eduardo Correa Malek



## SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO .....	6
2.	CONTAS DO GOVERNADOR .....	6
3.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL.....	7
4.	CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP .....	8
5.	JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO .....	8
6.	JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS .....	9
7.	CORPO DE AUDITORES.....	9
8.	DECISÕES SINGULARES .....	9
9.	MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC .....	9
10.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE .....	9
11.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL.....	10
11.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG .....	10
11.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).....	10
11.1.2.	DSF's I e II.....	10
11.1.3.	Assessoria Técnico Jurídica – ATJ.....	11
11.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP .....	11
11.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO .....	11
11.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças .....	11
11.2.1.1.	Planejamento e Orçamento .....	12
11.3.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA .....	18
11.4.	OUVIDORIA.....	19
11.5.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO .....	19
11.6.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL .....	20
11.7.	REVISTA DO TCE .....	21
11.8.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO .....	21
11.9.	CERIMONIAL.....	21
12.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	21
13.	ANEXOS .....	22
13.1.	ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP .....	22



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores) .....	7
Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores).....	8
Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas Correntes.....	14
Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas de Capital .....	14
Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas Correntes .....	15
Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas de Capital .....	15
Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas Correntes.....	16
Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas de Capital .....	16
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas Correntes .....	17
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas de Capital .....	17



## APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 33, § 3º, da Constituição Estadual, c.c. o artigo 3º, inciso IX da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, e artigo 27, inciso XXXV do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, publicado no Diário Oficial do Estado de 15 de dezembro de 2010, o presente RELATÓRIO condensa as principais atividades desenvolvidas no âmbito desta Corte de Contas no decurso do **primeiro trimestre** do exercício de 2017.

No Relatório estão elencadas as atividades relacionadas às ações da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária e Patrimonial do Estado e de seus Municípios \_exceto a Capital\_, bem como os aspectos estruturais e administrativos de ordem interna do TCESP.

Dentre as atividades desenvolvidas no 1º trimestre deste ano, destaca-se a organização do 21º Ciclo Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização, ocorrido nos dias 06 e 07 de março, no Centro de Convenções Rebouças.

Diretores dos Departamentos da capital, das 20 Unidades Regionais do tribunal e agentes de fiscalização de todo o Estado participaram do evento, em que foram abordados temas relacionados ao controle interno, transparência, acesso à informação, previdência, tecnologia e boas práticas de auditoria.

O encontro incluiu palestras de técnicos do TCESP e a apresentação de trabalhos de servidores da Casa sobre inovações nos procedimentos de fiscalização.

No tocante às Fiscalizações Ordenadas, o Tribunal realizou no dia 30 de março, em todo o território estadual, a primeira operação de 2017. Os agentes foram a campo para inspecionar órgãos e entidades da área de saúde. Para verificar as condições dos serviços oferecidos à população, visitaram Hospitais Municipais, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Unidades Básicas de Saúde (UBSs).

No total, foram auditados mais de 200 entes, em 171 municípios distribuídos nas 20 regiões administrativas jurisdicionadas.

A atividade, que durou aproximadamente quatro horas, envolveu um corpo técnico de 275 agentes de fiscalização no interior e na Região Metropolitana. Os servidores checaram 'in loco' a qualidade de atendimento, grau de satisfação dos usuários, almoxarifado, estoque de remédios, condições de equipamentos e salas, notas fiscais, presença efetiva de servidores e a atuação de empresas terceirizadas.



A fiscalização-surpresa detectou irregularidades, como pacientes sendo tratados no chão, condições estruturais inadequadas, aparelhos quebrados e em desuso, registros de presença preenchidos irregularmente, medicamentos armazenados em locais impróprios e banheiros sem adaptação.

Todas as constatações, incluindo fotos, foram transmitidas em tempo real para os Departamentos de Fiscalização e de Informática do Tribunal de Contas. Um relatório parcial foi elaborado para a divulgação de informações de interesse público. Outro documento, com dados segmentados e regionalizados, será encaminhado aos conselheiros relatores de processos ligados às entidades avaliadas.

No primeiro trimestre, o TCE também deu início à 21ª edição do Ciclo de Debates com Agentes Políticos e Dirigentes Municipais – evento promovido anualmente e que terá 11 encontros durante o exercício de 2017.

Dirigidas a um público de Prefeitos, Vereadores, Secretários Municipais, administradores e lideranças políticas, as reuniões deste ano orientarão os gestores públicos sobre temas relacionados às áreas de planejamento, transparência, terceiro setor e controle interno.

Os debates acontecerão entre os meses de março e outubro, na Região Metropolitana e em dez municípios que sediam Unidades Regionais do TCESP no interior do Estado.

O Tribunal promoveu, nesse período, um treinamento sobre a operacionalização e coleta de informações do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) para servidores da esfera municipal.

Durante a capacitação, os participantes receberam instruções sobre os sete indicadores que compõem o IEGM (planejamento, gestão fiscal, saúde, educação, proteção das cidades, sustentabilidade e tecnologia da informação), prazos, procedimentos e produtos relacionados ao índice.

O trimestre ainda foi marcado por uma série de cursos a respeito da remessa eletrônica de dados para o sistema Audesp, órgão responsável pelas informações encaminhadas pelos entes auditados ao Tribunal. Nos encontros, foram prestados esclarecimentos sobre todo o processo digital.

  
**Sidney Estanislau Beraldo**  
Presidente



## 1. CORPO DIRETIVO

No dia 01 de fevereiro de 2017, tomaram posse para o mandato de um ano os Conselheiros SIDNEY ESTANISLAU BERALDO, Presidente, RENATO MARTINS COSTA, Vice-Presidente, e ANTONIO ROQUE CITADINI, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

### TRIBUNAL PLENO:

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI - CORREGEDOR**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheiro **ROBSON MARINHO - Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

**07/11/2016 a 04/02/2017**

- **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

**A partir de 06/02/2017**

- **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

### PRIMEIRA CÂMARA:

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA - PRESIDENTE**

Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

### SEGUNDA CÂMARA:

Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI – PRESIDENTE**

Conselheiro **ROBSON MARINHO- Substituído pelos Senhores Auditores Substitutos de Conselheiro conforme abaixo:**

**07/11/2016 a 04/02/2017**

- **MÁRCIO MARTINS DE CAMARGO**

**A partir de 06/02/2017**

- **ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS**

Conselheiro **DIMAS EDUARDO RAMALHO**

## 2. CONTAS DO GOVERNADOR

Para relatar as contas do Governador do Estado de São Paulo do exercício de 2017 foi designado o eminente Conselheiro Edgard Camargo Rodrigues.

A indicação do relator das contas estaduais, em cumprimento ao previsto no artigo 38 do Regimento Interno, ocorre sempre no mês de janeiro de cada ano, sob responsabilidade da Presidência da Corte, e prevê que os processos referentes às contas do Governador do Estado obedecerão, na distribuição, ao sistema de rodízio, a começar dos Conselheiros mais antigos.



### 3. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS FÍSICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL

No 1º trimestre de 2017, foram distribuídos aos julgadores **692** processos físicos, conforme classificação abaixo.

**Tabela 1–Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)**

MATÉRIA	TOTAL
ACESSÓRIO - 1 ORDEM CRONOLÓGICA	1
ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	4
ADMISSÃO DE PESSOAL - CONCURSO PROCESSO SELETIVO	4
ADMISSÃO DE PESSOAL - TEMPO DETERMINADO	2
APARTADO DE PREFEITURA MUNICIPAL	3
APOSENTADORIA / PENSÃO	2
BALANÇO GERAL DO EXERCÍCIO	1
CONSULTA	2
CONTRATO	63
CONTRATO DE GESTÃO	5
CONVÊNIO – REPASSES PÚBLICOS TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA	3
CONVÊNIO – REPASSES A ÓRGÃOS PÚBLICOS	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – REPASSES TERCEIRO SETOR - ENTIDADE PRIVADA CONVÊNIO	58
PRESTAÇÃO DE CONTAS–REPASSES TERCEIRO SETOR - CONTRATO DE GESTÃO, TERMO DE PARCERIA, CONVÊNIO.	107
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES TERCEIRO SETOR - AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	22
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - AUXÍLIOS, SUBVENÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	2
PRESTAÇÃO DE CONTAS - REPASSES ÓRGÃOS PÚBLICOS - CONVÊNIOS	183
RECURSO ORDINARIO	213
REPRESENTAÇÃO	2
RESCISÃO DE JULGADO	8
REVISÃO DE JULGADO	6
<b>TOTAL DE PROCESSOS FÍSICOS</b>	<b>692</b>



#### 4. CONSOLIDAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS NO ÂMBITO DO TRIBUNAL – E-TCESP

No 1º trimestre de 2017, foram distribuídos **6.506** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

ELETRÔNICOS - JANEIRO A MARÇO - 2017									
MATÉRIA	RELATOR							Corpo de Auditores	Total Geral
	Cons. ARC	Cons. ECR	Cons. RMC	Cons. RRM	Cons. CCM	Cons. DER	Gabinete da Presidência		
Ações					1		6		7
Adiantamentos	9	9	7	8	9	10	1		53
Apartados				1		1		74	76
Atos de Pessoal	43	37	39	34	39	25		1.144	1.361
Balanço Geral do Exercício	19	18	37	63	17	110		697	961
Contas do Governador		1							1
Contratos	129	167	195	183	135	183	10	157	1.159
Controle de Prazos	25	25	25	26	25	26		37	189
EPE	74	76	76	75	72	77	1		451
Inominados	16	43	40	19	41	27	111	9	306
Recursos	23	23	21	26	21	23	46	1	184
Relatório de Fiscalização	152	159	136	178	133	135			893
Repasses Públicos	38	44	38	71	42	39	4	518	794
Representação	4	3	2	7	5	3			24
Tomada de Contas Previdência								47	47
<b>Total Geral</b>	<b>532</b>	<b>605</b>	<b>616</b>	<b>691</b>	<b>540</b>	<b>659</b>	<b>179</b>	<b>2.684</b>	<b>6.506</b>

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS	7.198
--	-------

#### 5. JULGAMENTOS PELO TRIBUNAL PLENO

No 1º trimestre do presente exercício, foram realizadas **08 Sessões Ordinárias** e **01 Sessão Especial**. Nessas sessões, o Tribunal Pleno:

- Apreciou **493 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento publicadas na Imprensa Oficial
- Analisou **559 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, aos quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **03 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.



## 6. JULGAMENTOS PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

As Câmaras do Tribunal de Contas se reuniram **07 vezes** cada uma, em Sessões Ordinárias, sendo apreciados **582 processos pela Primeira Câmara e 617, pela Segunda Câmara**, conforme decisões publicadas na Imprensa Oficial.

## 7. CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por sete ocupantes do Cargo de Auditor, que foi criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005.

Entre outras competências previstas no Regimento Interno e Resoluções Nºs 01/2012, 03/2012, 02/2013 e 09/2014, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e impedimentos.

No 1º Trimestre de 2017 tramitaram pelo Corpo de Auditores **5.277 processos**, incluindo físicos e eletrônicos. No mesmo período, **1.904 autos** receberam julgamento, enquanto **913** foram objeto de despacho de deferimento.

## 8. DECISÕES SINGULARES

No 1º trimestre de 2017 foram proferidas **3.384 sentenças singulares**. Destas, **567** foram exaradas pelos Senhores Conselheiros, e **1.904**, pelos Senhores Auditores, em processos autuados para exame de atos de admissão de pessoal, aposentadorias, prestações de contas da aplicação de auxílios e/ou subvenções, prestações de contas de adiantamentos, termos contratuais e atos jurídicos análogos.

Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial do Estado, em respeito às normas legais que regem a matéria.

## 9. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **09 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público **6.678 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

## 10. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado (junto ao Tribunal de Contas) de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 1º Trimestre de 2017, a P.F.E se manifestou em **1.992 feitos**.



## 11. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

### 11.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213 do Regimento Interno.

O Senhor Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.093** processos.

#### 11.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, assim como pela publicação e acompanhamento das pautas de julgamentos (com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e discussões que precedem os julgamentos nas sessões) e pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se também pela pesquisa e elaboração de certidões e pela administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares que é disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados, no período, **2.251 processos**, dos quais **188** resultaram em notas taquigráficas.

A seção de Jurisprudência, em cumprimento à Resolução CNJ 156/12, emitiu **2.008 certidões**. Desse quantitativo, **05** foram requisitadas via protocolo do TCESP (Sede e Regionais) e **2.003** via INTERNET.

#### 11.1.2. DSF's I e II

Aos Departamentos de Supervisão e Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetas **10 Diretorias de Fiscalização (DF's)**, **01 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (UR's)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **19.539 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão e Fiscalização, tendo os dois, adicionalmente, realizado exames "in loco" na conformidade dos roteiros organizados internamente.

	DSF-I	DSF-II
Processos Físicos	6.165	3.865
Processos Eletrônicos	1.935	7.629
TOTAL	8.100	11.494



### 11.1.3. Assessoria Técnico Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia dos processos afetos à atividade do Tribunal.

No trimestre, a Assessoria Técnico-Jurídica exarou **11.584 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

### 11.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema AUDESP que coleta, por meio da tecnologia da informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. O sistema aumentou a agilidade e a qualidade do trabalho, e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No primeiro trimestre de 2017, a Audesp efetuou **3.658 atendimentos** por meio de e-mails e **270** por telefone. A maioria das solicitações se referia ao próprio Sistema AUDESP \_Módulos I, II, III e IV\_ e ao IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal).

## 11.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por 02 Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias.

O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **2.290** processos.

### 11.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, dando ênfase à receita e despesa realizadas. Apresenta relatórios à Presidência por período.



### 11.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei nº 16.347, de 29 de dezembro de 2016, que “*Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2017*”, foi elaborado em observância à Lei nº 16.291, de 20 de julho de 2016, que “*Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2017*”.

A dotação para as despesas deste Tribunal de Contas do Estado foi fixada em **R\$ 882.290.386,00**, sendo **R\$ 882.290.346,00** para Despesas Correntes \_inclusive de Pessoal e Encargos\_, e **R\$ 40,00** para as Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e obedece às normas estabelecidas para o exercício: a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n. 16.291/16), o Decreto n. 62.413 (de 06 de janeiro de 2017), que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2017, e a Portaria Conjunta CAF-CCE-CO-001, de 11 de janeiro de 2017.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado (PODE) é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2017 (Decreto n. 62.413/2017) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida da Fonte 3 \_Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa do TCE\_, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, no valor total de **R\$ 6.000.000,00**, por meio dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias (SAO) da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

**1 – SAO Nº 02001/2017-4-0004**, concluído em 08/02/2017, no valor total de **R\$ 3.000.000,00**, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 \_ Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa\_, confirmados na informação CAF nº 020030-1/2017, de 02/02/2016, na seguinte conformidade: R\$ 100.000,00 na Ação 1.361 \_ Plano de Investimentos do TCE destinados às obras na Regional de Araraquara \_ e R\$ 2.900.000,00 na Ação 4.821 \_Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária\_, sendo R\$ 1.500.000,00 para aquisição de material permanente (hardware para novas tecnologias), renovação do parque tecnológico e mobiliários diversos, e R\$ 1.400.000,00 para continuidade do Projeto Athena, firmado com a PRODESP, bem como o desenvolvimento de softwares.



**2 – SAO Nº 02001/2017-4-0005**, concluído em 23/02/2017, no valor total de R\$ 3.000.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 \_ Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa \_, confirmados na Informação CAF nº 020030-3/2017, de 20/02/2017, na seguinte conformidade: R\$ 15.000,00 na Ação 1.361 \_ Plano de Investimentos do TCE destinados às obras de construção do muro na Unidade Regional de Araras \_ e R\$ 2.985.000,00 na Ação 4.821 \_Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária\_, sendo R\$ 2.000.000,00 para despesas com contratos Prodesp (manutenção do Sistema Audesp), e R\$ 985.000,00 para aquisição de mobiliário e equipamentos de informática para a Sede (São Paulo – Capital).

Mediante a publicação do Decreto Nº 62.469, de 16 de fevereiro de 2017, foram transferidos recursos orçamentários do Tribunal de Contas no valor de **R\$ 88.000,00** para a Secretaria da Fazenda, conta da Fonte 1 - Tesouro, visando à cobertura de despesas correntes para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional (creches), conforme Termo de Cooperação Mutua celebrado entre o Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado nos termos do expediente SAO nº 20006/2017-1-00001.

Os quadros abaixo demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas no Orçamento do Estado para 2017. Em seguida, a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de março do corrente exercício.

Observa-se que os dados do último mês do trimestre são sempre provisórios, uma vez que o encerramento do mês no SIAFEM ocorre por volta do dia 18 do mês seguinte.



Tabela 3 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Fevereiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Março	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Abril	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Maiο	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Junho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Julho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Agosto	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Setembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Outubro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Novembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Dezembro	67.232.992	6.219.960	395.122	-	6.615.082	73.848.074
<b>TOTAL</b>	<b>803.260.658</b>	<b>74.309.058</b>	<b>4.720.630</b>	-	<b>79.029.688</b>	<b>882.290.346</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 4 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2017 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	2	-	2	73.494.754
Fevereiro	-	2	-	2	73.494.754
Março	-	2	-	2	73.494.754
Abril	-	2	-	2	73.494.754
Maiο	-	2	-	2	73.494.754
Junho	-	2	-	2	73.494.754
Julho	-	2	-	2	73.494.754
Agosto	-	2	-	2	73.494.754
Setembro	-	2	-	2	73.494.754
Outubro	-	2	-	2	73.494.754
Novembro	-	2	-	2	73.494.754
Dezembro	10	8	-	18	73.848.092
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>30</b>	-	<b>40</b>	<b>882.290.386</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais



Tabela 5 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Fevereiro	66.911.606	6.101.918	3.793.228	-	9.895.146	76.806.752
Março	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Abril	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Mai	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Junho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Julho	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Agosto	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Setembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Outubro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Novembro	66.911.606	6.189.918	393.228	-	6.583.146	73.494.752
Dezembro	67.232.992	6.219.960	395.122	-	6.615.082	73.848.074
<b>TOTAL</b>	<b>803.260.658</b>	<b>74.221.058</b>	<b>8.120.630</b>	<b>-</b>	<b>82.341.688</b>	<b>885.602.346</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2017 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	-	2	-	2	73.494.754
Fevereiro	-	2.600.002	-	2.600.002	79.406.754
Março	-	2	-	2	73.494.754
Abril	-	2	-	2	73.494.754
Mai	-	2	-	2	73.494.754
Junho	-	2	-	2	73.494.754
Julho	-	2	-	2	73.494.754
Agosto	-	2	-	2	73.494.754
Setembro	-	2	-	2	73.494.754
Outubro	-	2	-	2	73.494.754
Novembro	-	2	-	2	73.494.754
Dezembro	10	8	-	2	73.848.092
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>2.600.030</b>	<b>-</b>	<b>2.600.040</b>	<b>882.202.386</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 7 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	66.911.605,30	36.393.488,32	979.363,95	-	37.372.852,27	104.284.457,57
Fevereiro	58.993.130,22	6.967.419,47	3.976.235,21	-	10.943.654,68	69.936.784,90
Março	62.617.019,11	5.802.364,75	56.451,31	-	5.858.816,06	68.475.835,17
<b>TOTAL</b>	<b>188.521.754,63</b>	<b>49.163.272,54</b>	<b>5.012.050,47</b>	<b>-</b>	<b>54.175.323,01</b>	<b>242.697.077,64</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	104.284.457,57
Fevereiro	-	213.986,73	-	213.986,73	70.150.771,63
Março	-	27.378,60	-	27.378,60	68.503.213,77
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>241.365,33</b>	<b>-</b>	<b>241.365,33</b>	<b>242.938.442,97</b>

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais – PROMOEX



Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	65.021.298,94	2.430.086,64	76.498,84	-	2.506.585,48	67.527.884,42
Fevereiro	60.883.436,58	4.924.901,81	772.179,40	-	5.697.081,21	66.580.517,79
Março	62.617.019,11	5.438.084,83	103.083,45	-	5.541.168,28	68.158.187,39
<b>TOTAL</b>	<b>188.521.754,63</b>	<b>12.793.073,28</b>	<b>951.761,69</b>	<b>-</b>	<b>13.744.834,97</b>	<b>202.266.589,60</b>

(Valores em R\$ 1)

**Fonte 1** – Tesouro do Estado

**Fonte 3** – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

**Fonte 5** – Recursos Vinculados Federais

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2017 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	67.527.884,42
Fevereiro	-	-	-	-	66.580.517,79
Março	-	485,00	-	485,00	68.158.672,39
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>485,00</b>	<b>-</b>	<b>485,00</b>	<b>202.267.074,60</b>

(Valores em R\$ 1)

**Fonte 1**-Tesouro do Estado

**Fonte 3**- Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

**Fonte 5**- Recursos Vinculados Federais – PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, o Balancete Bimestral da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referente ao 1º bimestre, foi publicado no Diário Oficial do Estado do dia 31 de março de 2017.



### 11.3. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo Assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no primeiro trimestre, manifestou-se em **478** procedimentos/processos \_ físicos e eletrônicos \_ relacionados à atividade fim ou à área administrativa.

O Contencioso-GTP prestou **40 informações** em auxílio à Procuradoria da Fazenda, além de realizar o acompanhamento de **635 ações judiciais** de interesse do Tribunal e de **112 processos** judiciais a pedido dos Relatores das respectivas matérias.

Ao GTP também estão subordinados:

- **Escola Paulista de Contas Públicas**

No trimestre, foram realizados **71 eventos**, dentre reuniões, cursos internos e externos. Merecem destaque os seguintes:

- 21º Ciclo de Anual de Aperfeiçoamento do Pessoal da Fiscalização;
  - Curso Formação Novos Auxiliares Técnicos da Fiscalização;
  - “Tira-Dúvidas” IEGM (Índice de Efetividade da Gestão Municipal);
  - Audesp Fase III e IV (Licitações e Contratos) e
  - Excel aplicado ao Controle Externo
- **Biblioteca** – **4.092** empréstimos de livros realizados, sendo **2.060** por meio do Sistema Online Sophia e **2.032** presenciais.

1º Trimestre/17	Quantidade De Eventos	Nº de Participantes	Acessos “on-line”
Reuniões Pedagógicas	25	277	-
Cursos/Eventos Nas dependências da EPCP e/ou Auditórios TCESP	23	2.410	991
Cursos/Eventos Em outros Tribunais de Contas	-	-	-
Cursos/Simpósios na Editora NDJ	01	02	-
Cursos/Eventos Em outras dependências ou Instituições	9	1.197	36
<b>TOTAL</b>	<b>58</b>	<b>3.886</b>	<b>1.027</b>
Cursos de Curta Duração - Externos	13	17	-
<b>TOTAL</b>	<b>71</b>	<b>3.903</b>	

## 11.4. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 \_DOE 12/03/2015\_ realizou **2.927 atendimentos** neste Trimestre. Destaque para o atendimento de **459 solicitações** por meio do Whatsapp.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, respondeu a **32 pedidos** de informações. Abaixo, um resumo dos atendimentos prestados:

Portal WEB	WhatsApp	e-Mail	0800	e-SIC	Presencial
 Ouvidoria					
<b>1.877</b> Solicitações	<b>459</b> Solicitações	<b>74</b> Solicitações	<b>483</b> Solicitações	<b>32</b> Solicitações	<b>02</b> Solicitações

## 11.5. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento (DTI-1); Seção Técnica de Segurança da Informação (DTI-2); Divisão de Sistemas (DSIS) e Divisão de Tecnologia (DTEC), presta assessoria na área de Informática. É responsável pela análise e acompanhamento de atividades voltadas à tecnologia da informação \_ testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos e manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, organizou reuniões e treinamentos diversos com apoio do Comitê Estratégico, AUDESP e demais áreas da Casa.

O DTI atendeu a **2.183 chamados** de usuários internos, **2.800 de usuários** externos, **4.676 ligações** de usuários externos, respondendo ainda a **973 solicitações** via WebChat. O Departamento atuou também na implementação e melhoria de soluções tecnológicas, como a disponibilização do sistema de Acompanhamento de Programas Governamentais (APG), a inclusão de novas funcionalidades no SisCOE, a finalização da Fase IV do Sistema Audeps (que trata de Licitações e Contratos) e a viabilização do módulo de Remunerações da Fase III.

## 11.6. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCE/SP, em parceria com a Assessoria de Imprensa, desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCE/SP.

A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCE/SP e de promover iniciativas institucionais.

No 1º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **96 matérias** sobre julgamentos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais (agenda, seminários, cursos, artigos e eventos internos e externos);
- **56 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCE-SP está presente:



**309 curtidas da página** no período, totalizando 7.177 desde a abertura da conta oficial do TCE/SP no Facebook, em 2013.



**377 tweets** (mensagens encaminhadas) no período, totalizando 5.259 desde 2009 (abertura da conta oficial do TCE/SP no Twitter)

**87 seguidores** que se cadastraram no período, totalizando 3.820



**123 inscritos** no período, totalizando 1.105 desde a abertura da conta oficial do TCE/SP no YouTube, em 2013

**8.962 visualizações** no período, totalizando 83.418

**24 vídeos** no período (Sessões Ordinárias do Pleno, Primeira e Segunda Câmara, Sessões Extraordinárias, Sessões Especiais, Vídeo Institucional, Seminários, Cursos e palestras), totalizando 440 vídeos



**73 seguidores** que se cadastraram no período, totalizando 1.598 desde a abertura da conta oficial do TCE/SP no LinkedIn, em 2016



**30 seguidores** que se cadastraram no período, totalizando 73 desde a abertura da conta oficial do TCE/SP no Instagram, em 2016.

**17 publicações** no total



**874 fotos postadas** no período, totalizando 7.983 desde abertura da conta oficial do TCE/SP no Flickr, em 2015

**3567 visualizações** no período, totalizando 24.403



## 11.7. REVISTA DO TCE

Editada sob a orientação e responsabilidade do Vice-Presidente Conselheiro Renato Martins Costa, conforme o disposto no Inciso VI do Artigo 31 do Regimento Interno, a edição número 139 da Revista do TCESP se encontra em fase de elaboração.

A publicação abordará, entre outros assuntos, a Fiscalização Ordenada em que mais de 200 Hospitais, UPA's e UBS's de todo o Estado foram auditadas pelo Tribunal. A revista trará ainda uma reportagem sobre a participação do TCE-SP em eventos como o seminário "Governança e Gestão nos Tribunais de Contas do Brasil", organizado pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) em Brasília, e uma síntese de decisões selecionadas em sede de Exame Prévio de Edital.

## 11.8. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade APMTCE - Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado, que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio de posto policial instalado nas dependências da Corte.

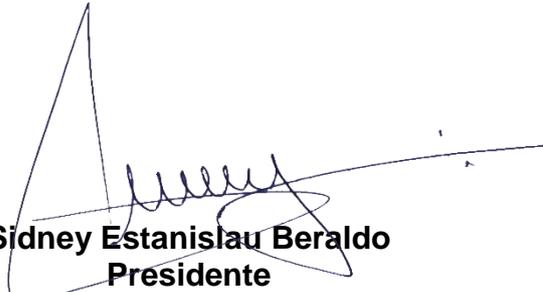
## 11.9. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Sr. Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 1º trimestre de 2017, o Cerimonial esteve presente em **03 eventos internos e 09 externos. Além disso, recepcionou 11 autoridades.**

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do 1º trimestre de 2017, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



**Sidney Estanislau Beraldo**  
Presidente



## 13. ANEXOS

### 13.1. ANEXO I – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCE-SP

Objetivando difundir novas ações, procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCE-SP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

COMUNICADO GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	08/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 29/03/2017	30/03/17
GP	07/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/03/2017	23/03/17
GP	06/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 15/03/2017	17/03/17
GP	05/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/03/2017	09/03/17
GP	04/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 22/02/2017	23/02/17
GP	03/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 15/02/2017	16/02/17
GP	02/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 08/02/2017	09/02/17
GP	01/2017	LICITAÇÕES SUSPENSAS PELO TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 01/02/2017	02/02/17



COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	10/2017	Legislação sobre concessão de subvenções sociais, auxílios e contribuições	18/03/17
SDG	09/2017	Fiscalização de acompanhamento de contas anuais de Prefeituras Municipais	16/03/17
SDG	08/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	04/03/17
SDG	07/2017	Calendário do Ciclo de Debates	24/02/17
SDG	06/2017	Alerta sobre decretos de calamidade financeira	23/02/17
SDG	05/2017	Visitas quadrimestrais da Fiscalização	11/02/17
SDG	04/2017	Valor Atualizado de Remessa	02/02/17
SDG	03/2017	Composição do Tribunal Pleno e das Câmaras Julgadoras	01/02/17
SDG	02/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	02/02/17
SDG	01/2017	Relação de órgãos ou entidades proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições	12/01/17



**TCE-SP**  
**Tribunal de Contas**  
do Estado de São Paulo

2017